



TS.

S. S. S. S. S.

**RELATÓRIO ANUAL
E CONTAS DO EXERCÍCIO**

2019

MARÇO 2020

Índice

1.	NOTA PRÉVIA	3
2.	MISSÃO	4
3.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	5
4.	ANÁLISE SWOT	6
5.	ATIVIDADES 2019	6
5.1	Linhas de orientação estratégica	6
5.2	Ações e Projetos	8
5.2.1	Ações	9
5.2.2	Projetos	10
5.2.3	Outras atividades	11
5.3	Receitas	12
5.4	Despesas	14
6.	CONTAS DO EXERCÍCIO	15
6.1	Balanço	15
6.2	Demonstração de Resultados por Natureza	15
6.3	Demonstração de Alteração de Fundos Patrimoniais	16
6.4	Demonstração de Fluxos de Caixa	16
6.5	Anexo às Demonstrações Financeiras	17
6.5.1	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	17
6.5.2	Principais Políticas Contabilísticas	17
6.5.3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	20
6.5.4	Activos Fixos Tangíveis	20
6.5.5	Rédito	20
6.5.6	Benefícios dos empregados	21
6.5.7	Subsídios do Governo e apoios do Governo	21
6.5.8	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	21
6.5.9	Outras Informações	22
7.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	26
8.	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	27
9.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	30
10.	ASSINATURAS	34
11.	ANEXOS	35

TS.
V.
Saraiva

1. NOTA PRÉVIA

A Associação RAEGE Açores – Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais (de ora em diante referida apenas como A-RAEGE-Az) surge como instrumento de gestão de infraestruturas, equipas e projetos de índole espacial, nos quais o Governo dos Açores tem vindo

A A-RAEGE-Az é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, de natureza científica, tecnológica e de formação, com sede em Vila do Porto (Santa Maria – Açores), constituída em 20 de julho de 2017, pelos associados fundadores Região Autónoma dos Açores e “SATA – Sociedade de Transportes Aéreos SGPS S.A.”. Tendo esta última sido extinta em 31/12/2018, foi substituída pelo associado ordinário SATA Air Açores a partir de 10-01-2019.

a apostar estrategicamente, de que o projeto RAEGE é um dos primeiros exemplos.

O projeto RAEGE resulta de um protocolo de entendimento assinado em 2010 entre o Governo dos Açores e o Governo de Espanha, com o intuito de financiar a instalação e operação de 4 estações geodésicas fundamentais, duas delas nos Açores – uma na ilha de Santa Maria, operacional desde 2015, outra na ilha das Flores, atualmente em vias de implementação. Trata-se de infraestruturas tecnológicas altamente especializadas e diferenciadas, que tiram partido da localização do arquipélago dos Açores, sobre a junção tripla de

placas tectónicas (Americana, Africana e Euroasiática), para o estudo de fenómenos à escala planetária (movimentos de placas tectónicas, geodesia, geodinâmica, geofísica, astrofísica, radioastronomia e propagação de sinais na ionosfera e na troposfera).

Para efeitos de gestão da infraestrutura e dos recursos a ela afetos, assim como para dinamização científica e técnica da parte açoriana do projeto RAEGE, foi criada a Associação RAEGE Açores, sediada na estação da ilha de Santa Maria, que conta desde o início com o apoio de dois técnicos com formação avançada do Instituto Geográfico Nacional (Ministério de Fomento – Gobierno de España) para apoio à gestão operacional da estação. Em 2019 passou a contar, também, com dois recursos humanos próprios - um técnico de manutenção e um técnico de informática.

Em 2019 o financiamento da A-RAEGE-Az foi operacionalizado através de um contrato-programa celebrado em 12 de fevereiro com o Governo Regional (Resolução do Conselho do Governo n.º 7/2019 de 28 de janeiro), enquadrado no Plano da Direção Regional da Ciência e Tecnologia afeto à Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço, da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Se 2018 foi um ano de viragem para a RAEGE nos Açores por se terem iniciado as observações regulares na estação de Santa Maria, 2019 ficou marcado por uma avaria no recetor da antena

que levou à interrupção das observações com o radiotelescópio praticamente todo o ano. Perante este revés, as atividades da A-RAEGE-Az concentraram-se em colmatar algumas necessidades de equipamentos, estabelecimento de parcerias e projetos científicos, divulgação/comunicação de ciência, bem como assegurar condições de financiamento para fixar recursos humanos especializados capazes de dinamizar a atividade científica-técnica da A-RAEGE-Az.

Neste contexto, foi negociado e aprovado um contrato programa para o período 2020-2022, bem como o Plano de Atividades e Orçamento para 2020, com vista à implementação efetiva da Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais na Região e à dinamização da respetiva atividade científico-técnica, assim como o funcionamento e a contratação de todos os serviços e recursos humanos considerados necessários para o efeito pelo Conselho de Administração da A-RAEGE-Az, nos seguintes termos: a) 2020 - 211.000,00 € (duzentos e onze mil euros); b) 2021 - 223.000,00 € (duzentos e vinte e três mil euros); c) 2022 - 223.000,00 € (duzentos e vinte e três mil euros), com base na atividade a desenvolver pela A-RAEGE-Az anualmente, patente no respetivo plano de atividades e orçamento para 2020.

2. MISSÃO

Com a revisão dos estatutos, aprovada na reunião de Assembleia Geral de 30/08/2018 e formalizada por escritura pública no dia 15/10/2018, o objeto da A-RAEGE-Az passou a incluir a gestão, administração e coordenação de infraestruturas de I&D no domínio das tecnologias espaciais, para além de todas as atividades científico-técnicas a desenvolver nas infraestruturas da RAEGE instaladas na Região Autónoma dos Açores.

Desta forma, alargou-se a missão desta entidade, passando a estar alinhada, não só com a estratégia do Governo Regional na área da Ciência e Tecnologia, mas em particular com a área do Espaço, patente na coordenação e colaboração quer com a Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço, quer com a Direção Regional para a Ciência e Tecnologia. A indicação da Associação RAEGE Açores como representante da Região Autónoma dos Açores na Assembleia Geral da Agência Espacial Portuguesa (Resolução do Conselho do Governo n.º 30/2019 de 14 de março) é um reflexo do seu posicionamento estratégico alinhado com as estratégias regional e nacional para o Espaço.

Para além do seu alinhamento com as estratégias regional e nacional para o Espaço, a A-RAEGE-Az também assume a agenda científica *Atlantic Interactions* ao configurar-se como *Scientific Facility* do AIR Centre e como associado fundador do CoLab +Atlantic, de cujas entidades acolherá três recursos humanos qualificados a partir de 2020 e por um prazo de 3 anos.

Neste contexto, a missão da A-RAEGE-Az assume um enfoque preferencial na dinamização de atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) baseadas em infraestruturas existentes na Região, promovendo sempre que possível a ligação entre a comunidade científica e o tecido empresarial e estabelecendo parcerias nacionais e/ou internacionais, que permitam esgotar o potencial de desenvolvimento científico e tecnológico das equipas e infraestruturas regionais. Na prossecução da sua missão a A-RAEGE-Az já integrou duas infraestruturas do Roteiro Nacional de Infraestruturas de Interesse Estratégico, o C4G e o Engage SKA, tendo ainda celebrado: (i) um protocolo com o Instituto de Astrofísica e Ciências do Espaço da Universidade de Lisboa, para a realização de estudos de astronomia enquadrados em atividades de formação avançada; (ii) um protocolo com a agência espacial francesa (CNES) para o acolhimento, assistência e partilha de dados de uma antena VHF no âmbito do projeto SVOM; (iii) um protocolo com a Ilhas de Valor S.A. para o desenvolvimento de atividades complementares; e (iv) um protocolo para partilha de dados com o CIVISA – Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Embora a estrutura organizacional da A-RAEGE-Az se mantenha inalterada desde a sua criação, provando estar à altura dos desafios que se lhe têm deparado, durante o ano de 2019 houve alterações na composição dos seus órgãos sociais, que inclusivamente se refletiram na composição dos órgãos sociais da própria “rede mãe” RAEGE (ver figura 1).



Figura 1 – representação esquemática do organograma da RAEGE e da Associação RAEGE Açores, com indicação da composição dos órgãos sociais e alterações ocorridas em 2019.

4. ANÁLISE SWOT

A Figura 2 evidencia as principais forças, fraquezas da A-RAEGE-Az, assim como oportunidades e ameaças que enfrenta. O Conselho de Administração tem vindo a desenvolver esforços no sentido do melhoramento da infraestrutura e do seu equipamento, assim como do reforço da equipa e das parcerias ao nível científico/técnico, como estratégia para minorar as suas fraquezas e tirar partido dos seus pontos fortes, colocando-os ao serviço das oportunidades que se vão apresentando e que são fruto dessa estratégia.

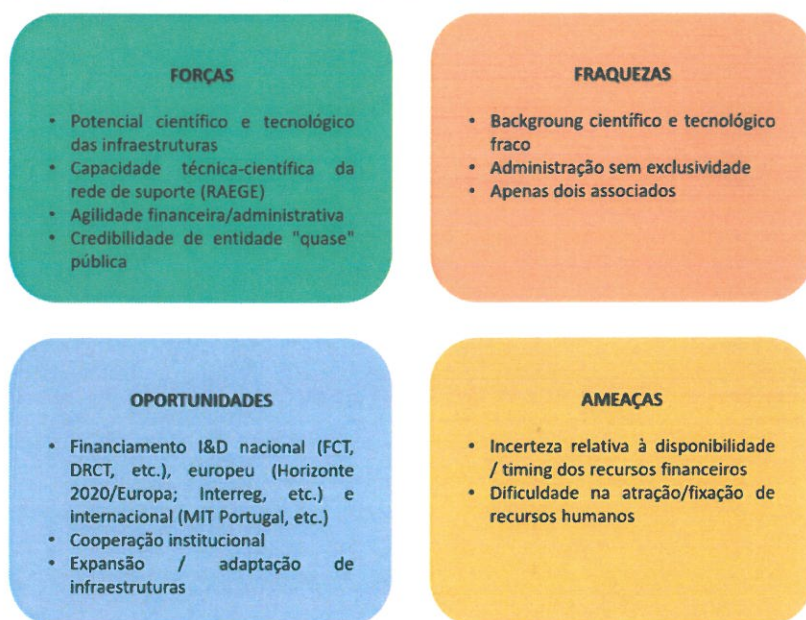


Figura 2 – Análise comparativa de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da A-RAEGE-Az.

5. ATIVIDADES 2019

5.1 Linhas de orientação estratégica

Para o ano de 2019 pretendeu dar-se continuidade à orientação estratégica definida para 2018, assente em três vetores principais: (i) coordenação e promoção de atividades científicas; (ii) cooperação com a sociedade e com as empresas; e (iii) identificação de oportunidades de desenvolvimento científico e tecnológico.

Tendo presente a urgente necessidade de recursos humanos qualificados para levar a cabo as ações necessárias para a implementação destas linhas de orientação estratégica, a atividade do Conselho de Administração em 2019 focou-se, em grande parte, na mobilização de financiamento para a contratação destes recursos, nomeadamente junto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), Fundação para a Ciência e Tecnologia I.P. (FCT) e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD). Destes esforços resultou:

- Financiamento MCTES/FCT, no montante de ca. 98.000€/ano, para a contratação pelo prazo de 3 anos de dois investigadores - nas áreas da geodesia e radioastronomia - a operacionalizar por via do AIR Centre, ficando a cargo dessa entidade a abertura do concurso para seleção de candidatos e a respetiva contratação, constituindo-se a A-RAEGE-Az como Scientific Facility dessa entidade. A formalização dos contratos FCT / AIR Centre e AIR Centre / A-RAEGE-Az foi alvo de negociações que se prolongaram até ao final do ano, prevendo-se que estes recursos humanos venham ser contratados durante o primeiro semestre de 2020;
- Financiamento FLAD, no montante de 25.000€/ano, para a contratação pelo prazo de 3 anos de um engenheiro para a operação/gestão diária da EGF de Santa Maria, acompanhamento do processo de implementação da EGF das Flores e sua operação/gestão diária. Este financiamento foi complementado em igual montante pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, operacionalizado por via do contrato programa 2020-2022. Foi assinado no dia 13/10/2019 o protocolo entre a SRMCT, a FLAD e a A-RAEGE-Az relativo ao recurso humano a contratar pela última para gestor da estação de Santa Maria, estando concluído o processo de recrutamento e tendo sido contratado um engenheiro aeroespacial que iniciou funções em 01/01/2020. A contratação deste recurso humano é fundamental para a RAEGE nos Açores, especialmente perante o fim da comissão de serviço dos dois engenheiros do IGN e a dificuldade na sua substituição.
- Na qualidade de associado fundador do CoLab +Atlantic, em cujo Conselho de Administração a A-RAEGE-Az também está representada, a A-RAEGE-Az poderá contar com um recurso humano altamente qualificado (doutorado) para desenvolver projetos científicos e/ou tecnológicos na área da geodesia, ao abrigo de financiamento nacional (Agência Nacional de Inovação). Durante 2019 desenvolveu-se o processo de identificação das necessidades dos vários associados e de definição dos perfis pretendidos para os vários recursos humanos a contratar por via do CoLab +Atlantic, prevendo-se que sejam contratados durante o primeiro semestre de 2020. O único custo a suportar pela A-RAEGE-Az com a contratação em causa, será uma quota extraordinária de 5% do seu valor anual, aprovada em 2019. Também em 2019 foram aprovadas as entradas iniciais e quotas dos associados do CoLab + Atlantic para o ano de 2019, ambas no montante de 2.500,00€, no caso da A-RAEGE-Az.

De forma a minimizar o recurso à contratação de serviços externos (pequenos arranjos e manutenções, jardinagem, informática, entre outros) e a assegurar a assistência técnica na manutenção das várias infraestruturas que compõem a estação, foi contratado sem termo a



partir de 02/05/2019 um Técnico de Manutenção e por um ano a partir de 01/07/2019 um Técnico de Informática, este último com recurso ao Programa de incentivo à inserção do Estagiário L e T da DREFQ.

No que diz respeito a oportunidades de desenvolvimento científico e tecnológico, a direção da A-RAEGE-Az em 2019 estabeleceu as seguintes parcerias:

- Protocolo com o CNES (*Centre National d'Études Spatiales*; Agência Espacial Francesa) para instalação de uma antena VHF na estação RAEGE de Santa Maria no âmbito do projeto SVOM, que pretende fornecer dados fundamentais sobre astrofísica e cosmologia para cientistas de todo o mundo para melhorar a compreensão do Universo;
- Integração na rede *Copernicus Relays* para divulgação do Programa Copernicus e promoção da utilização dos respetivos dados e serviços, no âmbito da qual é possível a obtenção de financiamento para pequenos projetos de divulgação e formação nas várias áreas de aplicação de dados de deteção remota;
- Protocolo de colaboração com o Instituto de Astrofísica e Ciência Espaciais da Universidade de Lisboa, com o intuito de proporcionar aos estudantes de mestrado desta instituição uma oportunidade de observação radioastronómica prática. Este protocolo requereu a adequação da Estação Geodésica Fundamental de Santa Maria com um espectrómetro;
- Integração no consórcio nacional ENGAGE-SKA, que integra o Roteiro Nacional de Infraestruturas de Interesse Estratégico (RNIIE) e a Rede Europeia de Infraestruturas de Interesse Estratégico (ESFRI), assim como o C4G do qual a A-RAEGE-Az já faz parte desde 2018, que permitirá acesso a fundos europeus para adaptação de infraestruturas existentes na Região com interesse para esse fim, bem como parcerias para projetos.

Com o intuito de posicionar a A-RAEGE-Az oficialmente como entidade de divulgação e comunicação de ciência na área do Espaço na RAA, tendo em conta o seu objeto social, foi proposta a sua integração na Rede de Centros de Ciência dos Açores (RECCA), estando o processo em curso.

5.2 Ações e Projetos

Numa lógica de (1) contínua promoção de atividades no domínio de atuação da A-RAEGE-Az, concretamente, de investigação e desenvolvimento (I&D), de (2) aquisição de conhecimento, produtos, processos e serviços nos domínios da sua intervenção, de (3) criação de valor por via de redes de ciência e/ou projetos de dimensão e posicionamento internacional e de (4) contínua valorização do património, o Plano de atividades para 2019 estabelecia como prioritário:

- Acompanhamento dos projetos empresariais e institucionais em desenvolvimento nos Açores dos quais se destaca a participação no ESA BIC Portugal e ainda a aproximação a instituições de ensino que possam garantir a alavancagem de projetos científicos em curso na RAEGE, das quais são exemplo os protocolos estabelecidos com o Instituto de Astrofísica e Ciências do Espaço (Universidade de Lisboa) e com a Ilhas de Valor S.A., cuja incubadora de empresas se perspetiva acolher um polo ESA-BIC Portugal;
- O estabelecimento de linhas e ações de cooperação com entidades públicas e privadas que possam garantir relevo para o papel da A-RAEGE-Az no ecossistema regional de inovação, de que são exemplo as parcerias e com o AIR Centre e o CoLab +Atlantic;
- O contínuo posicionamento junto de associações e redes de ciência e/ou entidades de gestão de projetos de dimensão e posicionamento internacional, de que são exemplo as parcerias com o OASA, CNES, C4G e ENGAGE SKA, assim como a representação da RAA na Assembleia Geral da recém-criada Agencia Espacial Portuguesa;
- O melhoramento das infraestruturas existentes na estação da RAEGE em Santa Maria e realização do projeto para as novas infraestruturas da futura estação da ilha das Flores.

Tr.
h.
Saraiva
J

5.2.1 Ações

Tendo o radiotelescópio ficado inoperacional logo no início do ano devido a uma avaria no recetor, foram realizados entre janeiro e agosto várias tentativas de despiste dos problemas por parte dos engenheiros do IGN em colaboração com a MT Mechatronics. Não tendo sido possível resolver o problema de forma remota, optou-se pelo envio do recetor para reparação em Yebees, onde permaneceu até recentemente. Atualmente o recetor está em trânsito de regresso a Santa Maria, prevendo-se a sua chegada e reinstalação no início do mês de março de 2020.

Não tendo havido atividade relacionada com a operação do radiotelescópio em 2019, a A-RAEGE-Az desenvolveu as seguintes ações no âmbito das respetivas áreas de interesse e intervenção:

- Evento “CMEMS4ORs - Copernicus Marine for Outermost and Maritime Regions” (Horta, 6-7 de junho), organizado com o intuito de atender aos interesses das regiões marítimas ultraperiféricas em relação aos dados e informações do Serviço Marítimo Copernicus, nomeadamente i) partilhar questões relacionadas às suas atividades marítimas, ii) partilhar expectativas sobre o potencial do Copernicus a esse respeito; iii) avaliar a experiência / necessidades / prioridades das autoridades públicas em termos de dados e informação relativamente ao Serviço Marítimo Copernicus; iv) apresentar especialistas e utilizadores do Serviço Marítimo Copernicus para abordar essas questões com exemplos

e soluções concretas; e v) colocar em prática alguns dos exemplos e soluções concretas numa sessão prática.

- Participação no “Ciência 2019” (Lisboa, 8-10 de julho), com várias sessões dedicadas à temática Espaço;
- Prémio *CanSat*- oferecido à equipa vencedora do Prémio “Melhor Missão Científica” (PEGASUS, da Escola Secundária Adolfo Portela, Águeda), que consistiu num estágio de 5 dias (9-13 de Setembro) nas instalações da EGF de Santa Maria, com viagem e alojamento incluídos;
- Participação no Macaronight 2019 com um stand informativo sobre a RAEGE e uma atividade de comunicação de ciência (Ponta Delgada, 26-27 Set.);
- Palestra “This is rocket science! Os desafios de um Português na NASA”, proferida pelo engenheiro aeroespacial Nuno Filipe, no âmbito da iniciativa *European Space Talks* da Agência Espacial Europeia (ESA) dedicada às comemorações dos 50 anos da primeira alunagem (Santa Maria, 12 Out.);
- Apresentação ao corpo docente da EBS de Santa Maria sobre as atividades desenvolvidas na estação RAEGE de Santa Maria (19 Nov.);
- Manhã aberta na estação RAEGE de Santa Maria, no âmbito da iniciativa “Mês da Ciência” da DRCT, com visitas de 3 turmas do secundário da EBS de Santa Maria (20 Nov.).

TS.
N.
S. Oliveira

5.2.2 Projetos

Apesar de em 2019 a A-RAEGE-Az ainda não contar com uma equipa científica reforçada, como se prevê para 2020, foi possível associar-se aos seguintes projetos, cujas candidaturas ainda estão em avaliação:

- FCT – Concurso para Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no Âmbito das Comemorações do V Centenário da Viagem de Circum-Navegação – 2019 (Área científica principal - Observação e conhecimento da Terra) | Entidade Proponente: Universidade da Beira Interior | Projeto “KEFAF - Medir a Terra quinhentos anos depois Fernão de Magalhães”, visa o desenvolvimento de novos métodos para considerar corretamente a correlação temporal existente nas séries temporais de coordenadas GNSS, SLR e VLBI.
- FCT – Concurso para Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no Âmbito das Comemorações do V Centenário da Viagem de Circum-Navegação – 2019 (Área científica principal - Observação e conhecimento da Terra) | Entidade Proponente: Instituto de Telecomunicações (IT), Universidade de Aveiro | Projeto “EVA - E-VLBI no

Espaço Atlântico com novos sensores de alta resolução", visa reforçar a colaboração entre as instituições Ibéricas e os seus papéis de liderança no Atlântico, com conexões ao Reino Unido e à África Austral, com os Açores como Região central com ativos capazes de VLBI avançado.

- FCT - Concurso para Projetos Exploratórios no âmbito do Programa UT Austin – 2019 (Área científica principal - Interações entre o Espaço e a Terra) | Entidade Proponente: Universidade da Beira Interior | Projeto "MESATOCA - Combinando Observações Gravimétricas por Satélite, Aéreas e Terrestres em Zonas Costeiras", alinhado com os objetivos do A-RAEGE-Az, visando promover o conhecimento sobre a dinâmica das regiões costeiras, otimizando recursos existentes e disponibilizando as observações e modelos obtidos.
- FCT - Concurso para Projetos Exploratórios no âmbito do Programa MIT Portugal – 2019 (Área científica principal - Sistemas Terrestres: dos Oceanos para o Espaço) | Entidade Proponente: Universidade de Coimbra | Projeto "VIA - Variações ionosféricas no Atlântico: previsão de variações ionosféricas para áreas com receptores GNSS esparsos ou ausentes", cujo principal objetivo é desenvolver um protótipo de um modelo empírico que possa ser utilizado para prever perturbações ionosféricas associadas a tempestades geomagnéticas para o território Português.
- H2020-MSCA-ITN-2020: Marie Skłodowska-Curie Innovative Training Networks (Environmental and Geosciences - Earth observations from space/remote sensing) | Entidade Proponente: Universidade de Estugarda | Projeto "GREATER - GNSS-R in Europe: Advanced Tools for Environmental Research", visa a formação de 15 investigadores junior para que se tornem em líderes tecnológicos da academia e da indústria no campo da reflectometria GNSS (GNSS-R) terrestre, aérea e espacial, sendo este um campo emergente em ciência e tecnologia com alto potencial para aplicações de deteção remota e investigação de alterações globais.

5.2.3 Outras atividades

No âmbito das relações institucionais que a A-RAEGE-Az mantém, foram levadas a cabo algumas atividades que se consideram relevantes para a promoção desta infraestrutura junto de públicos alternativos, nomeadamente:

- Visita do Eurodeputado Ricardo Serrão Santos (19 Jan.)
- Mesa redonda "Federalismo: Teoria e Prática", organizada pela Universidade dos Açores (8 Fev.)

Tz.
N.

Sarodous

- Visita Thales (7 Mar.)
- Visita EUMETSAT (Eng. Iñigo Madurga; 27 Mar)
- Visita de turma de Física do 12º ano da Escola Secundária Sebastião e Silva de Oeiras, do Agrupamento de Escolas de S. Julião da Barra (5 Abr.)
- CanSat - Observação noturna OASA (2 Mai.)
- Visitas das equipas do CanSat (3 Mai.)
- Visitas no âmbito do "New Atlantic Space Summit" (21 Jun.)
- Curso de operador da plataforma elevadora (Técnicos de Manutenção e Informática; 8-10 Jul.)
- Visita Portugal Space / MIT (14 Jul.)
- Visita do deputado do PCP, João Paulo Corvelo (31 Jul.)
- EXPOLAB – Atividade Ciência Viva "O Espaço na minha ilha" (12 Ago.)
- Visita do cabeça de lista, candidato a Deputado à Assembleia da República do PSD/Açores (Paulo Moniz), e comitiva (9 Set.)
- Visita da cabeça de lista, candidata a Deputada à Assembleia da República do PS/Açores (Isabel Rodrigues), e comitiva (23 Set.)



5.3 Receitas

A Associação RAEGE Açores tem uma representação de 85,71 % pela Região Autónoma dos Açores e 14,29 % pela SATA Air Açores em substituição da extinta SATA – Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS S.A, sendo que os associados fundadores subscreveram um total de 7.000,00€ (sete mil euros) de entrada inicial [Região Autónoma dos Açores – 6.000,00 € (seis mil euros) e SATA – Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, S.A. – 1.000,00€ (mil euros)]. A entrada inicial da Região Autónoma dos Açores foi concretizada em 2018 e a da SATA – Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS S.A. em 2019, ambas enquanto associados fundadores.

No decorrer da primeira Assembleia Geral da A-RAEGE-Az foi deliberado que o montante da quota anual a pagar pelos associados fundadores e ordinários, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26.º dos Estatutos, seria de 500,00 € (quinhentos euros). Na presente data estão regularizadas as quotas anuais de todos os associados.

Foi celebrado em 12/02/2019 um contrato-programa com o Governo Regional (Resolução do Conselho do Governo n.º 7/2019 de 28 de janeiro), enquadrado no Plano da Direção Regional da Ciência e Tecnologia afeto à Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço, da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia. Nos termos da cláusula 2ª deste contrato, orçamentou-se um montante máximo de € 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil euros) para a

execução das obrigações da A-RAEGE-Az, escalonado da seguinte forma: a) € 120.000,00 (cento e vinte mil euros), com a assinatura do contrato; b) Até € 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil euros). A Portaria n.º 307/2019 de 15 de março da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, enquadra a transferência da primeira tranche, no valor de € 120.000,00 (cento e vinte mil euros), prevista na alínea a) do n.º 1 da cláusula 2.ª do Contrato Programa 2019, tendo a mesma sido paga no dia 30 de abril de 2019 por verbas do Plano de Investimentos aprovado para o ano económico de 2019 da Direção Regional da Ciência e Tecnologia (doravante DRCT; N.º de documento de pagamento 2140000238). A 15 de junho de 2019 foi enviado ao Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, com conhecimento ao Sr. Diretor Regional da Ciência e Tecnologia, o relatório intercalar previsto na subalínea i) da alínea c) do n.º 2 da cláusula 3ª. Neste relatório solicitava-se o desbloqueio do montante de € 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil euros), previsto na alínea b) do n.º 1 da cláusula 2.ª do Contrato Programa 2019, não obstante a então baixa execução (ca. 4%) do montante recebido até à data, dado não se preverem mais relatórios intercalares. A 31 de julho de 2019, em Assembleia Geral da A-RAEGE-Az, face à demora na regularização do contrato de arrendamento dos terrenos e infraestruturas da estação de Santa Maria pela SEGMA à DRCT e subsequente celebração de contrato de comodato entre esta última e a A-RAEGE-Az, concluiu-se ser impossível a A-RAEGE-Az lançar os procedimentos de contratação pública para as empreitadas de construção da garagem e da vedação e para a contratação de serviços de reparação da antena - orçamentados em 141.600,00 €, 88.500,00 € e 23.475,00 €, respetivamente. Perante esses factos foi decidido suspender a transferência da 2ª tranche do Contrato Programa 2019, deixando o Conselho de Administração da A-RAEGE-Az apenas obrigado a elaborar o relatório final de execução da primeira tranche até ao final do mês de fevereiro de 2020. O relatório final de execução do Contrato Programa 2019 consta do ponto 6 deste relatório.

Estava previsto um contrato-programa com a Fundação para a Ciência e Tecnologia I.P., no montante de 60.000,00€, com o objetivo de estabelecer uma participação nacional na RAEGE que permitisse a inclusão de 2 novos recursos humanos em permanência em Santa Maria. No entanto, por atraso no processo e por razões de agenda política do Governo na República, estes dois recursos humanos serão contratados em 2020 por 3 anos, por via do AIR Centre e afetos à RAEGE em Santa Maria, constituindo-se a A-RAEGE-Az como *Scientific Facility* do AIR Centre.

Estava prevista a celebração de um contrato com a Mercator Ocean para a organização de um evento e formação focados nos serviços Copernicus aplicados ao mar, no valor de 40.000,00 € (quarenta mil euros), tendo o mesmo sido renegociado para 48.000,00€.

F3
v.
Santarém
9

Não se realizaram quaisquer receitas provenientes do envolvimento da A-RAEGE-Az em projetos I&D financiados ao abrigo de programas europeus, fruto da dinamização da atividade científica/técnica por parte dos recursos humanos financiados pela FCT.

A contratação por 1 ano (01/07/2019-31/06/2020) do técnico de informática que havia realizado um estágio financiado pelo Programa Estagiar T através da DRCT, permitiu o acesso ao Programa de Incentivo à Inserção do Estagiar L e T (PIIE), tendo sido atribuído um apoio no montante de 4.200,00€, tendo-se recebido a primeira tranche após entrega da documentação relativa ao primeiro trimestre do contrato (Jul.-Set.) e a segunda tranche já em 2020 após entrega da documentação relativa ao segundo trimestre do contrato (Out.-Dez.).

5.4 Despesas

As despesas da A-RAEGE-Az foram maioritariamente executadas no âmbito do Contrato Programa 2019 (Anexo I), conforme consta do respetivo relatório de execução (Anexo II). Não foram alocadas à execução do Contrato Programa 2019 as despesas com outras fontes de financiamento, nomeadamente:

- Prestação de serviços com Mercator Ocean para o evento "*Copernicus Marine for Outermost Maritime Regions*";
- Evento "*EU Space Talks*", apoiado pela Direção Regional da Ciência e Tecnologia através da Medida M3.4. B/ORG EVENTOS/A001/2019;
- Componente do vencimento do Técnico de Informática apoiada pela Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional ao abrigo do Programa de Incentivo à Inserção do Estagiar L e T (PIIE).

6. CONTAS DO EXERCÍCIO

6.1 Balanço

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
ACTIVO		31/dez/19	31/dez/18
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6.5.4	40 927,21	0,00
Investimentos financeiros		83,20	0,00
		41 010,41	0,00
Activo corrente			
Outros Ativos correntes	6.5.9 a)	1 050,00	1 500,00
Caixa e depósitos bancários	6.5.9 c)	75 868,60	6 112,41
		76 918,60	7 612,41
Total do activo		117 929,01	7 612,41
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	6.5.9 d)	7 000,00	7 000,00
Resultados transitados		229,90	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		40 957,10	0,00
		48 187,00	7 000,00
Resultado líquido do período		18 058,43	229,90
Total do fundo de capital		66 245,43	7 229,90
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	6.5.9 e)	434,91	324,50
Estado e outros entes públicos	6.5.9 f)	3 820,84	58,01
Diferimentos	6.5.9 b)	25 000,00	0,00
Outros Passivos correntes	6.5.9 g)	22 427,83	0,00
		51 683,58	382,51
Total do passivo		51 683,58	382,51
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		117 929,01	7 612,41

6.2 Demonstração de Resultados por Natureza

Conta		RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
Positivo	Negativo			2019	2018
71/72		Vendas e serviços prestados	6.5.5	49 000,00	1 000,00
75		Subsídios, doações e legados à exploração	6.5.7	48 853,43	0,00
	62	Fornecimentos e serviços externos	6.5.9 h)	-52 686,93	-768,05
	63	Gastos com o pessoal	6.5.6	-19 332,62	0,00
781/4; 786/8		Outros rendimentos e ganhos	6.5.9 d)	13 567,08	0,00
	681/4; 686/8	Outros gastos e perdas	6.5.9 i)	-4 503,30	-2,05
		Resultado antes deprec., gastos financ. e imp.		34 897,66	229,90
761	64	Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-13 567,08	0,00
		Resultado operac. (antes gastos financ. e impostos)		21 330,58	229,90
79		Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
	69	Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
		Resultados antes de impostos		21 330,58	229,90
	812	Imposto sobre o rendimento do período	6.5.9 f)	-3 272,15	0,00
		Resultado líquido do período		18 058,43	229,90

6.3 Demonstração de Alteração de Fundos Patrimoniais

Movimentos ocorridos nas rubricas dos Fundos Patrimoniais	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Totais
Saldo 31.12.17 (01.01.18)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Aumentos (reduções) do capital	7.000,00								7.000,00
Realização (reembolsos) de outros instrumentos de capital próprio									0,00
Primeira adopção da NC-ME									0,00
Resultado líquido do período								229,90	229,90
Saldo 31.12.18 (01.01.19)	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	229,90	7.229,90
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									0,00
Alterações de políticas contabilísticas									0,00
Realização de Excedente de ver. Ativ. Fix. Tang. e Intang.									0,00
Excedente de reval. Ativos fixos tangíveis e intangíveis									0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							40.957,10		40.957,10
Aplicação do resultado líquido do período anterior					229,90			(229,90)	0,00
Resultado líquido do período								18.058,43	18.058,43
Saldo 31.12.19	7.000,00	0,00	0,00	0,00	229,90	0,00	40.957,10	18.058,43	66.245,43

6.4 Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS			Unidade monetária (1)	
			2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo				
Recebimentos de clientes	+		49.000,00	500,00
Pagamentos a fornecedores	-		(57.470,72)	(385,54)
Pagamentos ao pessoal	-		(15.750,26)	0,00
Caixa gerada pelas operações	+-		(24.220,98)	114,46
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	+-		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	+-		92.977,17	(2,05)
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+-	68.756,19	112,41
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	-		(54.494,29)	0,00
Activos intangíveis	-			
Investimentos financeiros	-			
Outros activos	-			
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	+			
Activos intangíveis	+		0,00	
Investimentos financeiros	+			
Outros activos	+			
Subsídios ao investimento	+		54.494,29	0,00
Juros e rendimentos similares	+		0,00	0,00
Dividendos	+			
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	+		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		1.000,00	6.000,00
Cobertura de prejuizos	+			
Doações	+			
Outras operações de Financiamento	+			
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-		0,00	0,00
Juros e gastos similares	-		0,00	0,00
Dividendos	-			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-			
Outras operações de financiamento	-			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)		1.000,00	6.000,00
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)		69.756,19	6.112,41
Efeito das diferenças de câmbio	+-			
Caixa e seus equivalentes no início do período	+-		6.112,41	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+-		75.868,60	6.112,41

6.5 Anexo às Demonstrações Financeiras

6.5.1 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

6.5.2. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

i. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

ii. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações

financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

iii. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

iv. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

v. Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

vi. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

Tr.
b.

Sobrinha

A

b) Políticas de Reconhecimento e Mensuração*i. Activos Fixos Tangíveis*

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

ii. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;

- As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

6.5.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

6.5.4 Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00				0,00
Equipamento básico	0,00	34.552,34				34.552,34
Equipamento de transporte	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	0,00	19.941,95				19.941,95
Outros Activos fixos tangíveis	0,00	0,00				0,00
Total	0,00	54.494,29	0,00	0,00	0,00	54.494,29

Descrição	2019			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Amortizações				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00		0,00
Equipamento básico	0,00	6.910,47		6.910,47
Equipamento de transporte	0,00	0,00		0,00
Equipamento administrativo	0,00	6.656,61		6.656,61
Outros Activos fixos tangíveis	0,00	0,00		0,00
Total	0,00	13.567,08	0,00	13.567,08

6.5.5 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Prestação Serviços	48.000,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de associados	1.000,00	1.000,00
Jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos (eventos)	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Total	49.000,00	1.000,00

6.5.6 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2019, foram “8”. Os órgãos diretivos eleitos não usufruem qualquer remuneração:

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de “2” .

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	15.428,43	0,00
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	3.136,67	0,00
Seguros Acidentes Trabalho e Doenças Profissionais	767,52	0,00
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	0,00
Total	19.332,62	0,00

6.5.7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Governo		
Contrato programa	46.753,43	0,00
Apoio contratação	2.100,00	0,00
Apoios do Governo		
Total	48.853,43	0,00

6.5.8 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

6.5.9 Outras Informações

Nos períodos de 2019 e 2018 não foram registadas quaisquer perdas por Imparidade:

a) Outros Ativos correntes

A rubrica "Outros Ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	1.050,00	1.500,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	1.050,00	1.500,00

b) Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00
Rendimentos a Reconhecer		
Total	25.0000,00	0,00

Refere-se ao recebimento de um subsídio da FLAD com vista a execução do protocolo que se iniciou em 01-01-2020

c) Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	75.868,60	6.112,41
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	75.868,60	6.112,41

d) Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 31-12-2019
Fundos	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	0,00	229,90	0,00	229,90
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	54.524,19	13.567,08	40.957,10
Total	7.000,00	54.754,09	13.567,08	48.187,00

O montante de 7.000€ diz respeito às entradas iniciais da RAA e SATA – SGPS SA

O montante correspondente a 54.524,19€ corresponde à parcela do Contrato Programa que financiou os investimentos realizados em 2019. É transferido para resultados na mesma proporção.

e) Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	434,91	324,50
Total	434,91	324,50

f) Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Activo		
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	3.272,15	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	61,00	58,01
Segurança Social	487,69	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	3.820,84	58,01

Em 31 de dezembro de 2019 a entidade estima que será liquidado 3.272,15€ de IRC, relativo à prestação de serviços desenvolvida com a Mercator Ocean.

g) Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		3.582,36		0,00
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		18.845,47		0,00
Total		22.427,83		0,00

Na rubrica de outros credores está reconhecida a verba não utilizada do contrato programa

h) Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	23.789,26	375,75
Materiais	4.150,37	0,00
Energia e fluidos	985,68	0,00
Deslocações, estadas e transportes	18.408,58	0,00
Serviços diversos	5.353,04	392,30
Total	52.686,93	768,05

i) Outros gastos e perdas

A repartição dos "Outros gastos e perdas" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Impostos	3,30	2,05
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsid., assoc. e empreend. Conj.	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	4.500,00	0,00
Total	4.503,30	2,05

A rubrica outros gastos e perdas corresponde á entrada inicial e quota anual do CoLab + Atlantic.

j) Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção da Associação RAEGE Açores – Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais.

T3.
N.
Salazar
J

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando o exposto, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2019 apurado nas demonstrações financeiras, segundo o normativo SNC, no valor de 18.058,43€ (dezoito mil e cinquenta e oito euros e quarenta e três centimos), tenha a seguinte aplicação:

- Reserva Legal (5%) - 902,92 € (novecentos e dois euros e noventa e dois centimos);
- Outras reservas indisponíveis para os associados (5%) - 902,92 € (novecentos e dois euros e noventa e dois centimos);
- Resultados transitados – 16.252,59 € (dezasseis mil, duzentos e cinquenta e dois euros e cinquenta e nove centimos).



8. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ts.
fr.
Serafim

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL

2.
17.11.2019

Senhores Associados,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa e o Anexo da ASSOCIAÇÃO RAEGE AÇORES – REDE ATLÂNTICA DE ESTAÇÕES GEODINÂMICAS E ESPACIAIS, respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, vem o Conselho Fiscal submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

Tr,
b.
Saraiva
J

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Conselho Fiscal procedeu, com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Conselho Fiscal acompanhou, também, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. Consideramos que as demonstrações financeiras acima referidas satisfazem os preceitos legais e estatutários, refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício e traduzem o património social da Entidade.

4. Em face do que antecede, o Conselho Fiscal e de parecer de que, nos termos legais e estatutários, se aprove o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo da ASSOCIAÇÃO RAEGE AÇORES - REDE ATLÂNTICA DE ESTAÇÕES GEODINÂMICAS E ESPACIAIS, preparados pelo Conselho de Administração, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como a aplicação dos resultados proposta

Ponta Delgada, 12 de março de 2020

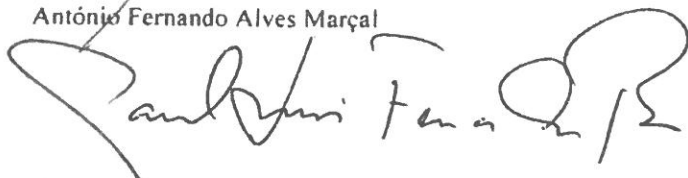
O Conselho Fiscal



Maria Eduarda Gonçalves de Oliveira



António Fernando Alves Marçal



UHY & ASSOCIADOS, SROC. LDA.
representada por Manuel Luis Fernandes Branco (n.º 652)



9. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ASSOCIAÇÃO RAEGE AÇORES – REDE ATLÂNTICA DE ESTAÇÕES GEODINÂMICAS E ESPACIAIS**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 117.929 euros e um total de fundos patrimoniais de 66.245 euros, incluindo um resultado líquido de 18.058 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

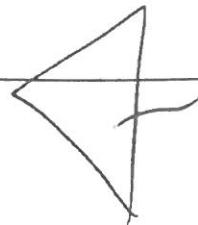
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas

nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 12 de março de 2020

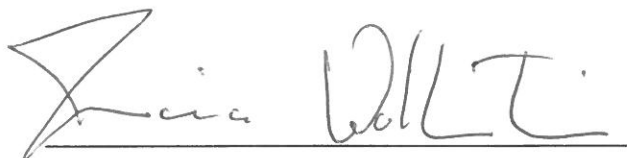
UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

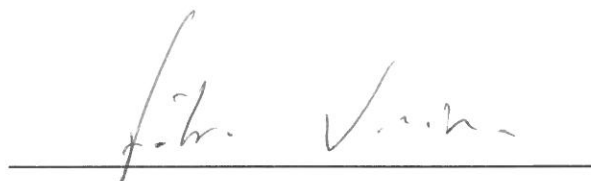
10. ASSINATURAS

Ponta Delgada, 12 de março de 2020

O Conselho de Administração da A-RAEGE-Az



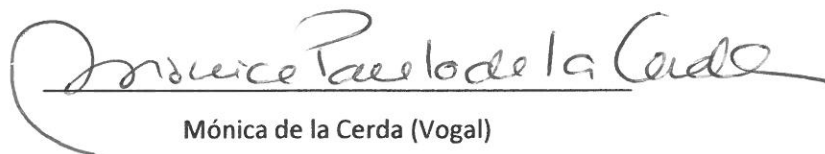
Francisco Wallenstein Macedo (Presidente)



Fábio Vieira (Vice-Presidente)



Sara Pavão (Vogal)



Mónica de la Cerda (Vogal)

ASSOCIAÇÃO RAEGE AÇORES

Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais

Piquinhos Km 1 | 9580-324 São Pedro | Santa Maria

NIF: 514 435 585